

HABEAS CORPUS Nº 519.507 - SP (2019/0192247-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO : GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO - SP269210
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL MENDES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de RAFAEL MENDES DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2129444-91.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 21/3/19 pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, sendo a custódia convertida em preventiva.

Em 07/06/19, sobreveio sentença, condenando o paciente à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, sendo-lhe negado o apelo em em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário perante a Corte estadual, que denegou a ordem em acórdão acostado às fls. 51/54.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, apurou-se que foi interposto recurso de apelação, ainda pendente de julgamento.

No presente *writ*, a defesa requer o direito do paciente aguardar o julgamento do recurso interposto em liberdade diante do total de pena imposta (1 ano e 8 meses), com expedição de alvará de soltura em seu favor e aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão.

O pedido de liminar foi deferido, às fls. 58/60, "*para garantir ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do mérito deste habeas corpus ou o julgamento e publicação dos seus recursos pelo Tribunal de segundo grau, o que advier primeiro, se por outro motivo não estiver preso, ressalvada a possibilidade de decretação de outra medida cautelar pessoal, caso demonstrada sua necessidade*".

As informações foram prestadas às fls. 65/68 e 69/83 e o Ministério Público

Superior Tribunal de Justiça

Federal opinou, às fls. 86/91, pelo não conhecimento do *writ*.

É o relato do necessário.

Decido.

O presente *writ* encontra-se prejudicado.

Isso porque, em consulta ao sítio do Tribunal de origem, verifico que a Apelação e os Embargos de Declaração foram julgados, tendo a Corte estadual determinado a expedição do alvará de soltura em favor do paciente até que ocorra o trânsito em julgado do processo, em conformidade com o novo entendimento da Suprema Corte (Apelação n. 1501291-91.2019.8.26.0196).

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto do presente *mandamus*.

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator